

Amc X

Com o resultado das últimas votações, o Centrão prepara-se para formar um bloco, mas visando, na realidade, estruturar um "partido de Sarney". Os últimos resultados fazem a Constituinte viver ao sabor do dia-a-dia, bailando entre o casuismo e a conveniência.

Os acordos que justificaram a aprovação de dispositivos do projeto, em primeiro turno, vão sendo ignorados, sendo repelidos.

Os líderes do Centrão estão em contato com o grupo de trabalho que no Palácio do Planalto, sob a supervisão do consultor Saulo Ramos, prepara um levantamento detalhado dos pontos polêmicos votados, segundo eles sob pressão, embora com entendimento de lideranças grupais.

Mas não são apenas os pontos polêmicos que resultaram em acordo os que estão sendo relacionados para revisão no segundo turno.

Existem outros pontos, até agora não considerados críticos e que estão em outra lista revisional — a dos partidos. Exemplo: o dispositivo relativo à institucionalização dos blocos parlamentares.

Pelo texto votado, a formação desses blocos daria aos seus líderes as mesmas regalias concedidas às lideranças partidárias, ou seja, o direito de falar a qualquer momento da sessão, o gabinete com um quadro de pessoal a ser organizado, franquias telefônica e telegráfica etc.

Agora, o texto aprovado passa sob novo crivo na votação do segundo turno, permitindo emendas supressivas. O dispositivo que permite a formalização dos blocos é considerado como válvula para esvaziamento das atuais legendas.

A emenda supressiva do senador Humberto Lucena elimina exatamente o artigo que institucionaliza os blocos e que o próprio autor considera "um instrumento de destruição dos partidos".

Quem quiser discordar que organize um partido e o formalize de acordo com a lei eleitoral. É por isso que o deputado José Lourenço, líder do PFL que reagira imediata e nervosamente à anunciada formação dos blocos parlamentares, mudou o tom dos protestos. Agora, ele já admite o bloco de Sarney, desde que se transforme em partido. Até porque será essa a legenda que comporá o governo e os companheiros fiéis às teses governistas é que substituirão os ministros e os ocupantes de outros postos até agora preenchidos por opositores ou por sua indicação.

E para esse cálculo e a conseqüente triagem, nada melhor que a folha das duas últimas votações relativas ao sistema de governo e ao mandato presidencial. Ai, a fidelidade ao presidente Sarney afere-se facilmente.

Diz-se até que os ministros que discordaram ou trabalharam contra as teses do Planalto não vão esperar a decisão. Deverão antecipar-se, entregando seus cargos.

O presidente Sarney, ao anunciar também o seu bloco, agiu com indisfarçável hipocrisia ao afirmar que com sua formalização o objetivo era "fortalecer os partidos que constituem a alma do sistema democrático".

Ninguém, evidentemente, acreditou nessa afirmativa, mas os contestadores ficaram em dificul-

Freitas Nobre ^{do PPS}

Conveniências e casuísmos predominam na Constituinte



dade para atacar a idéia, tendo em conta a declaração presidencial, aparentemente ingênua.

É claro que nem Ulysses nem Humberto Lucena acreditaram nessas declarações, até porque a filiação dos peemedebistas no bloco de Sarney, ou no grupo parlamentar de centro-esquerda, seria a erosão partidária.

Mas previnem-se as duas alas — a de sarneyzistas e da esquerda (esquerda, mas não tanto...) Assim, o deputado José Lourenço, que avisara que sem ministérios não haveria bloco, ("é dando que se recebe", Cardoso Alves), já encontrou a fórmula de converter o grupo em legenda. Por outro lado, a deputada Cristina Tavares quer uma comissão de sindicância, para que com o novo partido de cen-

tro-esquerda não ocorra o que se verificou no PMDB, "onde ingressaram torturadores e radicais conservadores".

O deputado Paulo Delgado (PT-MG), conhecido denunciador dos que não comparecem, mas recebem religiosamente os subsídios e os jetons, declarou-se favorável a um "bloco das esquerdas", portanto, contra a emenda supressiva do senador Humberto Lucena.

São, assim, os casos do dia-a-dia que norteiam a aprovação ou a rejeição de textos e que movimentam lideranças, principalmente do PFL e do PMDB. O PFL deverá sofrer um esvaziamento, ou o próprio desaparecimento, com o bloco do presidente Sarney, o qual, segundo o deputado Carlos Sant'Anna reunirá 320 constituintes. Mas o mais prejudicado será o PMDB, pois a maioria da bancada é sarneyzista conforme apurou-se nas últimas votações da Constituinte.

Com a retirada do grupo sarneyzista e a saída de 50 a 60 parlamentares do PMDB para uma legenda de centro-esquerda (Pimenta da Veiga fala em 70 a 80), restariam poucos fiéis à bandeira de Ulysses.

Resumindo o pensamento oficial, o deputado Carlos Sant'Anna reafirmou que o presidente não quer outra coisa senão o respaldo parlamentar e, portanto, não pretende desfazer agremiações.

Não pretende, mas sem dúvida que as dissolve ou as enfraquece.

Todo esse processo agora se acelera, até porque o presidente Sarney confirmou suas viagens para a

China e a Bolívia, deixando os compromissos com a França, a Bélgica e a União Soviética para decidir no segundo semestre.

Se o presidente não tomar imediatamente (diz-se que a partir de amanhã já começa a desembrolhar o pacote) as medidas drásticas que planeja, não poderá tranquilamente passar a curul presidencial ao deputado Ulysses Guimarães. O presidente do PMDB assumirá, portanto, com o fato consumado das mudanças, inclusive dos ministérios. Isso, sem mencionar a alteração da política salarial, que suspende as revisões dos vencimentos à base da URP num período de três meses, mantendo-as de forma facultativa para a atividade privada e transferindo a briga para patrões e empregados.

Os textos aprovados da Constituição estão, agora, sob a ameaça de modificações no segundo turno.

Essa intranquilidade, todavia, traz um outro problema: a Constituição que Ulysses preparava para o dia 21 de abril com absoluta viabilidade de tempo, entra em nova fase de incerteza quanto à data. É que a revisão do texto já votado implica em obstruções de parte a parte e, é claro, embora sem condições de êxito, o próprio sistema de governo e o mandato do presidente (do atual e dos futuros) não ficam na dependência, apenas, das disposições transitórias, mas de emendas supressivas da matéria votada em primeiro turno.

Conveniências e casuísmos predominam. Até quando?